

198

5

3. 3

O INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS EM SETE
ANOS DE ATIVIDADES

SEPARATA DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS
PEDAGÓGICOS, VOL. VI, N.º 16, OUTUBRO, 1945

O INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS EM SETE
ANOS DE ATIVIDADES

SEPARATA DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS
PEDAGÓGICOS, VOL. VI, N.º 16, OUTUBRO, 1945

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS EM SETE ANOS DE ATIVIDADES

Em agosto último completou sete anos de atividades o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão técnico central do Ministério da Educação. Será oportuno apreciar os esforços feitos para a sua organização e os trabalhos que tem realizado, bem como verificar os antecedentes da idéia, na legislação e em trabalhos parlamentares do império e da república.

I. ANTECEDENTES

Por várias vezes foi a instituição de um órgão nacional de estudos pedagógicos lembrada por estadistas do império. Já na Assembléa Constituinte de 1823, alvitrava-se a criação de um instituto encarregado da verificação dos resultados do ensino, em todo o país. Projetos semelhantes foram apresentados no parlamento, em 1826 e em 1827, sem que nenhum deles tivesse logrado, porém, andamento e aprovação.

Em 1834, o Ato Adicional à Constituição determinou a descentralização dos serviços de educação, e entregou o ensino primário e o ensino normal às províncias. Em consequência, a idéia de um centro nacional de estudos pedagógicos poderia parecer supérflua. Quase cinquenta anos se passaram, assim, sem que voltasse com ela a preocupar-se o legislativo. No entretanto, ainda nesse período, vários projetos foram apresentados no sentido da criação de um "conselho" de caráter nacional, destinado ao exame das questões gerais de ensino no país: "Conselho Geral da Instrução Pública", como está no projeto da Comissão de Instrução Pública, em 1846; "Conselho Superior de Instrução Pública", como figura no projeto do Ministro do Império Paulino de Sousa, em 1870, renovado, em 1877, pelo Ministro José Bento da Cunha Figueiredo; e "Conselho Superior de Instrução Nacional", em projeto de 1882.

Neste último, formulado pelo deputado Rui Barbosa, a idéia de um órgão específico de estudos pedagógicos deveria também reaparecer. Era aí denominado *Museu Pedagógico*, e a êle incumbiria “expor, demonstrativamente, a história, a estatística e a situação atual do ensino em todos os seus graus, no país e no estrangeiro”. Como o projeto não tivesse tido andamento, Franklin Dória pretendeu, logo no ano seguinte, a criação de órgão semelhante, chamado, então, *Museu Nacional Escolar*.

Nos primeiros tempos da república, pelo Decreto n.º 667, de 16 de agosto de 1890, criou-se o *Pedagogium*, destinado a ser “o centro propulsor das reformas e melhoramentos de que carecesse a educação nacional”. A instituição haveria de ter, porém, vida efêmera, nesse caráter, pois a Constituição republicana de 1891 viria reafirmar a política descentralizadora do Ato Adicional. O *Pedagogium*, que funcionou, a princípio, como desenvolvimento do Museu Pedagógico, organizado por uma instituição particular, com o material que havia figurado na Exposição Pedagógica, realizada na Côrte em 1883, passou depois, pela Lei n.º 429, de 10 de dezembro de 1896, à jurisdição do Distrito Federal, com programa mais restrito. E foi, afinal, extinto, pelo Decreto Municipal n.º 1.360, de 19 de julho de 1919. Num ou noutro caráter, porém, grandes serviços prestou à difusão dos conhecimentos pedagógicos da época.

Só em 1911, mais de vinte anos depois da república, viria a ser organizado o “Conselho Superior de Ensino”, instituído pelo Decreto n.º 8.659, de 5 de abril do mesmo ano. Esse órgão foi transformado depois em “Conselho Nacional de Instrução” (Decreto n.º 4.632, de 6 de janeiro de 1923) e, ainda mais tarde no atual “Conselho Nacional de Educação” (Decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931). Por suas próprias funções, no entanto, o Conselho haveria de desenvolver atividades diversas das de um centro de investigação e pesquisa dos problemas educacionais. Nada de estranhar, portanto, que em 1917 se defendesse na Câmara a criação de uma *Repartição Geral de Ensino Público e de Educação Nacional*, a ser estabelecida também para fins de documentação e pesquisa (projeto Monteiro de Sousa).

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930, vinha impor novos encargos ao governo central em relação ao ensino de todo o país. Deveria de novo, em consequência, evidenciar a necessidade de um órgão de estudos pedagógicos. Pelo Decreto n.º 22.439, de 31 de junho de

1934, transformava-se a Diretoria Geral de Educação (dantes, Departamento Nacional de Educação) em Diretoria Nacional de Educação, à qual se atribuíam “o estudo e o preparo dos processos e dos atos oficiais relativos ao ensino em todos os seus ramos, bem como as investigações de natureza pedagógica necessárias à coordenação das atividades e das iniciativas da administração pública em todos os assuntos educacionais e culturais”.

A conjugação, num só órgão, dessas atribuições administrativas e de investigação e pesquisa, não alcançou, porém, os resultados esperados. Por isso, ao estudar a reorganização do Ministério, em 1936, o MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA, ao mesmo tempo que propunha fôsse restabelecido o Departamento Nacional de Educação, com estrutura muito ampliada, alvitrava também a criação de um *Instituto Nacional de Pedagogia*.

O projeto de reorganização do Ministério transformou-se na Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, com ativa colaboração da Comissão de Instrução Pública da Câmara. Em seu artigo 39, criava essa lei o referido Instituto, “destinado a realizar pesquisas sôbre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos”.

Justificando a criação do novo órgão, em especial, dizia a mensagem, que acompanhava o projeto ao poder legislativo, assinada pelo PRESIDENTE GETULIO VARGAS: “Não possui, ainda, o nosso país um aparelho central destinado a inquéritos, estudos, pesquisas e demonstrações, sôbre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. E’ evidente a falta de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos vários setores do problema educacional, e ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagógicas, públicas e particulares. Além disso incumbir-se-á de promover o mais intenso intercâmbio no terreno das investigações relativas à educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado da parte dos poderes públicos ou das entidades privadas”.

Dados os múltiplos encargos que a reestruturação prevista pela citada Lei n.º 378 vinha trazer ao Ministério da Educação, não foi desde logo instalado o Instituto Nacional de Pedagogia. Em 30 de julho de 1938, expediu-se, porém, o Decreto-lei n.º 580, que lhe alterava a denominação, para a de INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, definindo-lhe também, de modo mais amplo, a competência e a estrutura.

II. DECRETO-LEI N.º 580, DE 30 DE JULHO DE 1938

O referido Decreto-lei está assim redigido:

DECRETO-LEI N.º 580, de 30 de julho de 1938 — *Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto Nacional de Pedagogia, criado pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e funcionará como o centro de estudos de tôdas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Compete ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas;
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

Art. 3.º Constituirá ainda função do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União.

Art. 4.º O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Saúde, abrangerá, além de um Serviço de Expediente, quatro seções técnicas, um Serviço de Biometria Médica, uma Biblioteca Pedagógica e um Museu Pedagógico.

Parágrafo único. As quatro seções são assim distribuídas:

- a) seção de documentação e intercâmbio;
- b) seção de inquéritos e pesquisas;
- d) seção de psicologia aplicada;
- e) seção de orientação e seleção profissional.

Art. 5.º O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos será dirigido por um diretor, nomeado em comissão pelo Presidente da República, dentre pessoas de notória competência em matéria de educação.

Parágrafo único. O cargo de diretor, padrão N (Instituto Nacional de Pedagogia), criado pela Lei n.º 378, de 13. de janeiro de 1937, fica transformado no de diretor padrão P.

Art. 6.º Os serviços do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos serão executados por pessoal efetivo e por pessoal extranumerário, a ser constituído na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Os funcionários designados para a chefia das seções técnicas e para o Serviço de Biometria Médica perceberão a gratificação de função de quinhentos mil réis mensais e o designado para a chefia do Serviço do Expediente perceberá a gratificação de função de trezentos mil réis mensais.

Art. 7.º As despesas de pessoal bem como do material do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no corrente ano, correrão por conta das dotações consignadas, no vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde, para as mesmas despesas do Instituto Nacional de Pedagogia.

Parágrafo único. A diferença de vencimentos, a ser paga ao diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no corrente ano, em consequência da transformação de que trata o parágrafo único do art. 5.º desta lei, bem como as despesas decorrentes do pagamento das gratificações de função, no corrente exercício, correrão por conta da dotação constante da verba 1.ª, subconsignação n.º 21, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República. (As.) GETULIO VARGAS. — *Gustavo Capanema*.

Como se vê, mais do que simples órgão “destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino”, como estabelecia a Lei n.º 378, ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos marcava-se dupla tarefa: a de constituir-se como “centro de estudos de tôdas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde”, e a de “cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União”.

As funções de cooperação com o D.A.S.P., criado, aliás, na mesma data, por ampliação do Conselho Federal do Serviço Público Civil, explicam porque, na estrutura prevista para o novo órgão do Ministério, os trabalhos de orientação e seleção profissional ganhavam especial relevo, a ponto de darem título próprio a uma das seções técnicas, e exigirem um serviço especial de biometria médica.

Na verdade, previa-se um órgão de duplas funções: de *estudos pedagógicos*, e de execução de tarefas de *orientação e seleção profissional*.

III. ORGANIZAÇÃO INICIAL E ATIVIDADES NO ANO DE 1938

A nomeação do diretor do Instituto deu-se a 2 de agosto de 1938, havendo sido escolhido para o cargo o professor Manuel Bergström Lourenço Filho (1).

Com essa designação e a de três outros funcionários (2), foram desde logo iniciadas as atividades de organização e mesmo as de execução (3), em instalação provisória numa das salas do Palácio Tiradentes, cedida a título precário. Mas a 10 de setembro seguinte, passou o Instituto a dispor de quatro salões do antigo edifício do Calabouço, onde pôde receber mais oito servidores, iniciando a organização do Serviço de Expediente, da Seção de Documentação e Intercâmbio, da Seção de Orientação e Seleção Profissional e da Biblioteca Pedagógica. Com a designação do médico-chefe do Serviço de Bionetria Médica, função para a qual foi escolhido o Dr. Antonio Gavião Gonzaga (4), designação de outros médicos da Saúde Pública, e admissão de contratados, iniciaram-se logo também os serviços de exames de sanidade e capacidade física para candidatos ao funcionalismo, solicitados com especial urgência pela Divisão de Seleção, do D.A.S.P. (5).

(1) Antigo professor primário e de ensino normal, em São Paulo; ex-diretor de instrução pública no Estado do Ceará e no Estado de São Paulo; ex-catedrático do Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo; ex-diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal; ex-diretor geral do Departamento Nacional de Educação; ao tempo, catedrático da Universidade do Distrito Federal, donde foi transferido, em 1939, para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; membro do Conselho Nacional de Educação, desde janeiro de 1937.

(2) Murilo Braga de Carvalho, técnico de educação interino; Otto Floriano d'Almeida, oficial administrativo, e Bartira Loretti, escriturário.

(3) Em data de 11 de agosto, apresentava o Instituto o seu primeiro estudo, solicitado pelo Ministro da Educação, referente ao plano de distribuição de auxílio aos Estados do sul, onde mais premente se fazia sentir o problema da "nacionalização do ensino". Esse plano foi, algum tempo depois, integralmente executado.

(4) Médico Sanitarista, e antigo diretor do Serviço de Profilaxia Rural nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará.

(5) Figuravam dentre os primeiros médicos admitidos os Drs. Alcebiades Costa, Décio Olinto, Eduardo Marques Tinoco e Joaquim de Azevedo Barros.

Árduos teriam de ser os trabalhos de organização do Instituto, solicitado, como estava, a prestar essa cooperação, não só em estudos para seleção de pessoal, como no preparo de todo o material para provas de concursos do funcionalismo, e em providências para a execução dos exames de sanidade e capacidade física, constantes também do processo desses concursos. Todos os serviços eram novos, não existentes em outras repartições do Ministério, de onde se pudesse requisitar pessoal perfeitamente habilitado para êles. Em relação ao setor das atividades próprias de seu título,urgia também que o Instituto recolhesse material de documentação e, prontamente, o sistematizasse, a fim de estar aparelhado para informar cada caso submetido ao seu estudo.

O fato de não haver recebido, de qualquer outra repartição do Ministério, salvo da Diretoria de Estatística da Educação, depois *Serviço de Estatística da Educação e Saúde* (6), o menor contingente para os arquivos de sua Seção de Documentação, quanto ao movimento educacional nos Estados, indicava a necessidade de seus serviços.

Com doações de particulares e, depois, com as primeiras aquisições por compra, foram iniciadas as coleções da Biblioteca Pedagógica, indispensável instrumento aos trabalhos do Instituto (7).

Mau grado as dificuldades da organização inicial, realizou o Instituto, nos últimos quatro meses e meio de 1938, os seguintes trabalhos relacionados com os objetivos principais de documentação e pesquisa pedagógica:

- 1) plano para auxílio federal aos Estados onde mais premente se apresentava o problema da "nacionalização do ensino";
- 2) estudo sobre registro de professores do ensino secundário, à requisição do Departamento Nacional de Educação;
- 3) estudo sobre programas do segundo ciclo do ensino secundário, idem;
- 4) preparo, em colaboração com o S.E.E.S., de dois estudos solicitados ao Ministério da Educação pelo "Bureau International d'Education", de Genebra, e por êsse órgão mais tarde divulgados em suas publicações de n.º 50 a n.º 66, respectivamente;

(6) O S.E.E.S., dirigido pelo Dr. M. A. Teixeira de Freitas, fez desde logo remeter ao Instituto não só informações referentes ao movimento estatístico do país, nos anos de 1932 a 1936, como também uma coleção de publicações, com atos legislativos sobre o ensino em vários Estados.

(7) As primeiras doações, num total de 440 volumes, foram feitas pela Viúva Professor Parga Nina, e pelos Professores Murilo Braga e Lourenço Filho.

- 5) estudo sobre a questão da ortografia nos textos escolares;
- 6) plano para levantamento da "Bibliografia Pedagógica Brasileira", desde os tempos coloniais;
- 7) plano para sistematização da documentação pedagógica do país, nos seus diferentes aspectos de legislação, federal e estadual, movimento escolar, e fatos dignos de aí figurarem como subsídios para a história da educação;
- 8) estudos e pareceres diversos, à requisição do Gabinete do Ministro.

Em relação aos trabalhos de cooperação com o D.A.S.P. realizou o Instituto, ainda nos quatro meses de seu funcionamento, em 1938, pela Seção de Orientação e Seleção Profissional:

- a) estudos completos relativos a concursos de 5 carreiras (agrônomo, classificador de algodão, carteiro, faroleiro e maquinista marítimo);
- b) estudo parcial de 5 outras carreiras (patrão, almoxarife, desenhista, veterinário e inspetor de previdência);
- c) pareceres sobre 38 pedidos de transferência de funcionários, de uma para outra carreira;
- d) preparo de material de 3.769 provas objetivas de vários concursos e provas de habilitação, correção e análise do mesmo material.

Pelo Serviço de Biometria Médica realizou os exames de sanidade e capacidade física de 1.275 candidatos a concursos, e de 55 candidatos a provas de habilitação e transferência de carreira.

Em 31 de dezembro de 1938, a Biblioteca Pedagógica já possuía 1.813 volumes, todos catalogados.

Na mesma época, o número total de servidores do Instituto era 39, dos quais 21 lotados no Serviço de Biometria Médica.

IV. ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO NO ANO DE 1939

Não se modificaram as condições de instalação do Instituto, no ano de 1939. Muito melhoradas, no entanto, foram as de pessoal, em virtude da realização do concurso para a carreira de "técnicos de educação" (7), que procurou selecionar elementos capazes para encargos

(7) A carreira de "técnicos de educação", criada pela lei 284, de 28-10-936, destinava-se a substituir os antigos "assistentes técnicos" do quadro da extinta Diretoria Nacional de Educação. Compunha-se de 60 funcionários, com vencimentos de Cr\$ 1.300,00 a Cr\$ 2.300,00. Foi posteriormente aumentada para 109 funcionários, com vencimentos de Cr\$ 1.500,00 a Cr\$ 3.000,00.

próprios da nova instituição, como para outros do Departamento Nacional de Educação. Com efeito, concluído êsse concurso, foram designados, em 14 de fevereiro, nove dêsses funcionários, quatro dos quais com designação para a chefia das seções técnicas (8). Também, por dotação orçamentária própria, admitiram-se alguns novos extranumerários, o que elevou o número de servidores a 50.

Embora tivesse havido dificuldades na aquisição de material, a organização dos serviços pôde prosseguir, com rapidez.

Os esforços para êsse objetivo podem ser assim sumariados:

I. *Seção de Documentação:*

- a) coleta de todo o material de legislação expedida pelo govêrno central, relativa à educação e assuntos conexos, desde 1808 até o ano em curso; sua sistematização, e organização de prontuários, por ordem cronológica e por assuntos;
- b) idem, de tôda a legislação, referente ao ensino primário e normal, nos Estados e no Distrito Federal, desde 1889;
- c) análise sistemática da publicação de "atos" oficiais, e de "fatos" de maior importância ocorridos na vida educacional de todo o país;
- d) prontuário especial da legislação referente à nacionalização do ensino, nos Estados, e de outros, relativos aos órgãos de administração dos serviços de educação em todo o país, tipos de escolas primárias e normais, e formas de assistência ao escolar;
- e) levantamento da situação legal e econômica do professorado, em todos os graus e ramos do ensino.

II. *Seção de Inquéritos e Pesquisas:*

- a) sistematização de dados sôbre o movimento escolar, em todo o país, a partir de 1932, e coleta dos dados e informações possíveis em exercícios anteriores (9);
- b) prontuário especial do movimento do ensino, no quinquênio 1932-1936, em todos os seus graus e ramos;
- c) prontuário das despesas de educação, por parte dos Estados e dos municípios, segundo os respectivos orçamentos publicados para o exercício;
- d) estimativa da "área escolarizada", e da "área de possível escolarização", no país;
- e) plano para estudo da distribuição dos alunos por graus de ensino e grupos de idade.

(8) Para o desempenho dessas funções, tomou a direção do Instituto o critério objetivo de indicar os quatro primeiros classificados no referido concurso, e que foram os srs. Murilo Braga, Paschoal Leme, P. Helder Câmara e Manuel Marques de Carvalho.

(9) Para êsse trabalho, contou o Instituto sempre com a especial colaboração do S.E.E.S.

III. *Seção de Psicologia Aplicada:*

- a) prontuário da bibliografia de psicologia e pedagogia, publicada no país;
- b) coleta de programas dos cursos de psicologia existentes no país;
- c) plano para organização de testes mentais e de escolaridade;
- d) levantamento das “oportunidades de educação” existentes na capital do país, para possível estudo de sua sistematização, em relação com o problema da idade cronológica, idade mental, capacidades especiais e “mercado de trabalho”.

IV. *Seção de Orientação e Seleção Profissional:*

- a) estudo geral das carreiras do funcionalismo público, seus tipos de trabalho e requisitos fundamentais;
- b) levantamento dos critérios de seleção, utilizados em provas e concursos, no país e no estrangeiro;
- c) coleta, sistematização e análise de material, para a organização de provas de nível mental e de aptidão, necessárias aos concursos e provas de habilitação do D.A.S.P..

V. *Serviço de Biometria Médica:*

- a) treinamento de pessoal para os exames-periciais em curso;
- b) sistematização de material de exames já realizados, para estudos de normas antropométricas e biotípicas, aplicáveis ao país;
- c) idem, para as normas de seleção dos candidatos do ponto de vista da capacidade sensorial, em geral, e particularmente, da capacidade visual;
- d) estudo das contra-indicações, absolutas e relativas, para cada carreira, ou série funcional, do serviço público civil.

VI. *Biblioteca Pedagógica:*

- a) organização de catálogo-dicionário geral;
- b) preparo de índices bibliográficos especiais, para uso das seções técnicas;
- c) início do levantamento de catálogo de artigos constantes de publicações periódicas especializadas, em pedagogia, psicologia, sociologia e assuntos correlatos.

Grande esforço de organização deveria ser assim exigido, no exercício de 1939, dado que o Instituto deveria possuir as mais completas fontes de documentação e de apresentá-las sob forma de fácil e pronta consulta, para os estudos de seu programa, informação e assistência técnica aos demais órgãos do Ministério, órgãos de administração do ensino nos Estados, e ainda a instituições particulares.

Por outro lado, inquéritos e pesquisas especiais lhe eram exigidos para fundamentação dos trabalhos de orientação e seleção profissional, pelos aspectos de sanidade, capacidade física, capacidade mental e aptidões. Tais trabalhos, iniciados, nos últimos meses de 1938, basearam-se a princípio, à falta de material colhido no meio brasileiro, em normas estabelecidas no estrangeiro, ou em estudos aprovados em congressos internacionais. A partir dos fins de 1939, porém, já poderia contar com documentação brasileira.

Mau grado a atenção, que todo êsse trabalho estava a exigir, da parte da direção, dos chefes das seções técnicas e serviços, e dos funcionários, em geral, já no mesmo ano de 1939 dava o Instituto as suas duas primeiras publicações; realizava alguns cursos técnicos; prestava a mais estreita colaboração à Comissão Nacional de Ensino Primário (10) bem como a diversos outros órgãos do Ministério e da administração do ensino nos Estados; realizava, ainda, duas exposições relativas a trabalhos de ensino nas escolas primárias do país. Desenvolvia, por outro lado, relações de intercâmbio com instituições pedagógicas do país e do estrangeiro (11).

V. DESENVOLVIMENTO GERAL DO PROGRAMA A PARTIR DE 1940

Ao iniciar-se o ano de 1940, a difícil etapa de organização inicial e de caracterização geral dos serviços estava vencida. Contava já o Instituto com abundante material de documentação, a maior parte da qual disposta em repertórios e prontuários de fácil consulta. O exame dêsse material levava ao conhecimento das principais realizações e tendências da educação do país, e permitia também definir alguns dos grandes problemas, sôbre os quais se faziam necessárias maiores indagações.

Quanto à administração dos serviços de educação, e da organização do ensino primário e normal nos Estados, vinha êsse material oferecer recursos para a feitura de vinte e dois estudos, que foram publi-

(10) Criada pelo Decreto-lei n.º 1.043, de 11-1-1939, o qual dispôs que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos lhe servisse como órgão de cooperação e coordenação dos trabalhos.

(11) A indicação precisa dos trabalhos realizados é apresentada adiante.

cados em igual número de volumes, parte já nesse ano e, parte, nos anos seguintes (13).

No setor de documentação histórica, graças à desinteressada colaboração do Dr. Primitivo Moacyr, ficavam ordenados os originais da obra "A Instrução e a República", em sete volumes, os quais contêm material, por êsse saudoso pesquisador recopilado, com referência ao período de 1889 a 1930.

Com relação ao movimento geral do ensino, publicaram-se também vários estudos de análise estatística, um dos quais especialmente dedicado à situação do ensino primário (14).

Havia-se providenciado, também, de forma satisfatória, para a coleta sistemática da *documentação ocorrente*, já com referência aos "atos" ou decisões governamentais, nas três esferas do poder público, o federal, o estadual e o municipal, como também quanto aos "fatos" de maior importância na vida educacional de todo o país. Por essa forma, passava o Instituto a refletir o movimento da educação brasileira, mês a mês, dêle dando divulgação aos órgãos da administração escolar por um "Boletim Mensal".

A simples classificação e tabulação dêsse material produzia, ao cabo de cada ano, inquéritos de especial significação para o estudo das realidades educacionais do país, e para a observação da marcha das instituições de ensino e da cultura em cada unidade federada, como aliás o comprovam as publicações a que têm dado matéria (15).

Por igual, o estudo de recortes de jornais e revistas, sôbre assuntos educacionais, e de que, em média, se tem manipulado trinta mil peças por ano, permitiu seguir muito de perto a evolução do "pensamento pedagógico" do país. Essa evolução, nos últimos cento e vinte anos, foi estudada, também, com o levantamento da bibliografia pedagógica brasileira, desde 1808. Tal estudo tem sido continuado, ano por ano, e publicado com a devida oportunidade (16).

(13) *A administração dos serviços de educação*, boletim n.º 12; *Organização do ensino primário e normal*, boletins ns. 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 14 — 15 — 16 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24 e 28, correspondentes aos vinte Estados do país.

(14) *Situação geral do ensino primário*, boletim n.º 13; *O ensino no quinquênio 1936-1940*, boletim 25.

(15) *Subsídios para a história da educação brasileira*, I — Ano de 1941, II — Ano de 1942, (publicados) III — Ano de 1943 (em impressão).

(16) V. "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vols. I e II.

Inquéritos sôbre vários aspectos da administração dos serviços da educação, em geral, e da organização do ensino público, puderam ser realizados, cada ano, ou a mais largos períodos. Entre os primeiros, figuram os relativos às despesas da educação, pelos Estados, o Distrito Federal e os municípios; no segundo, os referentes à remuneração do professorado, à construção de edifícios escolares, e outros aspectos da organização escolar.

Investigações do mais largo alcance e, por isso mesmo, também mais trabalhosas, puderam ser então iniciadas. Uma delas, de excepcional importância, por suas imediatas aplicações pedagógicas, compreendeu três pesquisas conexas: a da *linguagem do pré-escolar*, realizada com a colaboração da Professôra Heloisa Marinho; a da *linguagem do escolar*, procedida em duas mil escolas de todo o país, com a cooperação dos departamentos de educação estaduais; e, enfim, a do *vocabulário da leitura comum do adulto*, resultante da tabulação da frequência de cêrca de meio milhão de palavras, em amostras de livros literários, de divulgação técnica, e do texto de revistas e jornais (17).

Outra pesquisa de especial interêsse, quer do ponto de vista pedagógico, quer do ponto de vista social, foi a referente a *revistas e jornais infantis e juvenis*, editados no Rio de Janeiro, e que teve larga repercussão, quando publicado (18).

Foi concluído o levantamento das “oportunidades da educação” na capital do país, de que se publicou um volume destinado a servir de guia de orientação para pais, professôres e estudantes.

Vários estudos se fizeram sôbre o “custo do ensino”, quer nas escolas públicas, quer nas particulares, sendo um dêles em cooperação com a “Comissão Interministerial”, que estudou os critérios para a fixação da condigna remuneração do professor nos estabelecimentos particulares de ensino.

Desenvolveram-se de muito as atividades de cooperação com os órgãos de administração do ensino nos Estados e Territórios. Além das consultas de caráter técnico, passaram essas unidades a enviar professôres, diretores e inspetores de ensino primário, para cursos e estágios nos serviços do Instituto. Por outro lado, seus técnicos têm sido chamados a diferentes Estados para cursos de organização e administração

(17) V. “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”, n.º 10.

(18) Idem, ns. 5, 6, 7 e 8.

escolar. Cooperação desse tipo passou a ser solicitada também por entidades para-estatais e particulares, por órgãos de atividades do ensino, em outros ministérios, e ainda por ministérios de educação de países vizinhos.

Esse resultado deveu-se, em grande parte, à série de publicações do I.N.E.P., em volumes impressos, ou cadernos mimeografados, e que, em dezembro de 1944, já atingia a uma centena.

Maior divulgação dos trabalhos de estudos e pesquisas foi alcançada a partir de julho desse mesmo ano, com o início da publicação de uma revista mensal, sob o título de REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS.

A colaboração do I.N.E.P. foi solicitada também para *cursos de férias* , promovidos por governos estaduais e pela Associação Brasileira de Educação, e para dois congressos nacionais, promovidos por essa Associação.

No domínio das atividades de cooperação com o D.A.S.P., cujos serviços relativos à seleção e aperfeiçoamento de muito se desenvolveram, o contingente do I.N.E.P. também devia crescer. Até os fins de 1944, examinou a Seção de Orientação e Seleção, do Instituto, 35.967 pessoas para os fins de diagnóstico mental e de aptidão; o Serviço de Biometria Médica, por sua vez, já havia procedido a exames de sanidade e capacidade física em 87.038 pessoas (19).

Certo é que a natureza executiva desses serviços tem ocupado grande parte do pessoal e consumido a mais alta percentagem das dotações do material do Instituto. No entanto, apresentou também vantagens no treinamento de técnicos, sobretudo daqueles que se têm ocupado com os estudos de análise de resultados, com o emprêgo do método estatístico.

Por outro lado, a estreita associação com os trabalhos da Divisão de Seleção, do D.A.S.P. (20), tem permitido observação muito viva

(19) Em 1942 passou esse Serviço a dispôr de perfeitas instalações de diagnóstico, e desde o ano seguinte teve os seus encargos acrescidos com os exames periciais para licença, posse e aposentadoria dos servidores públicos da capital federal.

(20) Desde junho de 1939, essa Divisão passou a ser dirigida pelo técnico de educação Murilo Braga de Carvalho, que ocupara, no I.N.E.P., por mais de um ano, a chefia da Seção de Orientação e Seleção Profissional.

dos próprios resultados da educação do país, pelos aspectos de adaptação às necessidades do trabalho, nos escritórios, fábricas e oficinas, o que, de outra forma, não seria tão proveitoso. Evitou-se, por essa razão, desde o início de suas atividades, que o I.N.E.P. pudesse ficar isolado da vida real, como às vezes tem sucedido com alguns institutos de pura investigação.

Com a transferência, em maio último, das instalações do I.N.E.P. para o décimo pavimento do novo edifício do Ministério da Educação, puderam ser completadas suas instalações, e, em particular as do *Museu Pedagógico*, que logo realizou duas novas exposições: uma de material relativo ao *Ensino Superior nos Estados Unidos*, e, outra, sobre *Arquitetura Escolar Brasileira*.

Providencia-se para instalação definitiva da Biblioteca Pedagógica, que, em dezembro de 1944, já contava com 8.318 volumes.

Todos os pontos do amplo programa, determinado pelo Decreto-lei n.º 580, puderam ser assim desenvolvidos pelo I.N.E.P.: documentação, pesquisa, intercâmbio, orientação e seleção profissional, assistência técnica e divulgação de conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica.

Indicações precisas sobre esses vários setores são apresentadas a seguir.

VI. TRABALHOS REALIZADOS

De acôrdo com os artigos 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 580, de 30-7-38, ao I.N.E.P. competem atividades das seguintes categorias:

- I. DOCUMENTAÇÃO, histórica e ocorrente, de instituições educativas e das doutrinas e técnicas pedagógicas;
- II. INTERCÂMBIO com instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- III. PESQUISA sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, método e processos pedagógicos;
- IV. INVESTIGAÇÕES no terreno da psicologia aplicada à educação e, particularmente, sobre orientação e seleção profissional;

- V. ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO TÉCNICA aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, mediante consulta ou independentemente dela;
- VI. DIVULGAÇÃO, por tôdas as formas, de conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica;
- VII. COOPERAÇÃO ESPECIAL com o D.A.S.P., em estudos ou quaisquer outras providências executivas, com respeito às atividades de seleção, especialização e readaptação dos servidores públicos da União;
- VIII. COORDENAÇÃO GERAL, de estudos, projetos e planos referentes às atividades educacionais do Ministério da Educação e Saúde.

Indicam-se a seguir os principais trabalhos realizados pelo I.N.E.P., em cada uma dessas categorias, desde sua fundação.

a) Documentação

A documentação sôbre instituições educativas e sua legislação no país, compreende agora os seguintes repertórios:

1. De *documentos legislativos* expedidos pelo Govêrno do país, desde 1808 até o presente, em 362 volumes encadernados;
2. De *documentos legislativos* expedidos pelos Estados e Distrito Federal, desde 1930, em 159 volumes;
3. De *estatísticas, notas e análises* sôbre o movimento do ensino no país, desde 1932, acompanhadas de cartogramas;
4. De *documentos sôbre os atos e fatos de maior importância ocorridos na vida educacional do país*, sistematicamente classificados, desde 1940, em 5 volumes;
5. De documentos relativos à *evolução do pensamento pedagógico do país*, em obras, estudos e relatórios, desde 1812 até 1934, e, dêsse ano até o presente, também quanto a artigos de revistas e de jornais;
6. De documentos relativos à *construção e aparelhamento escolares*, em plantas, fotografias, orçamentos e outros estudos;

7. De documentos relativos à *administração e organização escolar do país*, em organogramas, indicação de estrutura e funções de cada órgão;
8. De documentos relativos às *doutrinas e técnicas pedagógicas*, em obras históricas ou de fundamentação, em mais de quatro mil volumes, perfeitamente catalogados;
9. De documentos relativos às *despesas da educação no país*, em análises pormenorizadas dos orçamentos estaduais, a partir do exercício de 1939;
10. De *documentos diversos*, não classificados nos repertórios antes indicados, como os relativos à vida e à obra de educadores brasileiros, situação econômica e social do magistério, nacionalização do ensino, associações de educadores e outros assuntos.

A cada um desses *repertórios*, ou seja, desses conjuntos de documentos originais, correspondem um ou mais *prontuários*, em fichas organizadas de tal modo que, de pronto, se possam ter extratos, e a indicação topográfica dos elementos originais. Mais de 30 mil fichas estão assim organizadas.

A Seção de Documentação e Intercâmbio, que tem a seu cargo a sistematização, guarda e conservação de todo êsse material, presta cooperação a tôdas as demais seções técnicas do I.N.E.P.. Por sua vez, todos os elementos de documentação, diretamente colhidos nessas outras seções, e que possam interessar aos setores de estudo indicados, normalmente confluem para a Seção de Documentação e Intercâmbio.

b) *Intercâmbio*

Direta, ou indiretamente, tôdas as instituições de educação do país estão em relação com o I.N.E.P.. Particularmente, porém, tem-se procurado manter relações mais constantes com os centros de administração do ensino, órgãos técnicos, órgãos de ensino pedagógico especializado, (como escolas normais e as Seções de Educação das faculdades de filosofia) e, ainda, associações de educadores.

O intercâmbio se realiza, praticamente, pela permuta de informações, remessa de publicações, solicitação, da parte do Instituto, para o preenchimento de questionários, e cooperação em pesquisas. Junto a cada Departamento de Educação, nos Estados e nos Territórios, por

designação de seus respectivos diretores, mantém-se um *Correspondente Oficial do I.N.E.P.*, para a coleta e remessa mensal de informações, quanto aos atos e fatos na vida educacional de cada uma das unidades federadas.

O movimento dêsse intercâmbio com as instituições de educação do país tem correspondido, em média, a três quartas partes de todo o movimento de correspondência anual do Instituto. Por essa forma, constitui-se o I.N.E.P. como *centro de documentação de toda a educação do país e órgão informativo geral*. Cada mês, remete êle a todos os órgãos de administração do ensino nos Estados e Territórios, e aos principais órgãos de imprensa, um boletim impresso, com o extrato de toda a documentação recolhida e classificada no mês anterior.

O intercâmbio com o estrangeiro tem sido feito, de modo sistemático, com os ministérios de educação de numerosos países, universidades, escolas normais, associações de educadores e, individualmente, com professores. Em virtude das dificuldades criadas pela guerra, êsse movimento foi particularmente intenso, nos últimos anos, com os países da América. Os números a seguir, referentes tão somente a respostas de consultas atendidas de países estrangeiros, nos anos de 1941 a 1944, dão idéia do movimento realizado:

Argentina	74
Bolívia	7
Canadá	7
Chile	16
Colômbia	22
Cuba	27
Equador	16
Espanha	1
Estados Unidos	283
Guatemala	6
Haiti	3
Honduras	2
Inglaterra	1
Itália	2
México	22
Panamá	1
Paraguai	15
Peru	16

Pôrto Rico	4
Portugal	4
República Dominicana	4
Suíça	3
Uruguai	17
Venezuela	13
<hr/>	
Total	566
<hr/>	

Não está incluída nesse total a simples remessa de publicações, periódicas ou outras, a entidades pedagógicas, do estrangeiro. A cada mês, têm sido expedidas, em média, duzentas publicações para diversos países.

O I.N.E.P. tem sido visitado, em proporção sempre crescente, por autoridades do país e do estrangeiro, e por eminentes personalidades em visita ao Brasil, interessadas em conhecer nossa organização educacional.

Dentre altas autoridades brasileiras, cumpre indicar: Interventores do Maranhão, Paraíba, Alagoas, Paraná e Santa Catarina; Governadores dos Territórios do Acre, Amapá, Guaporé e Ponta Porã; Secretários da Educação do Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul; Diretores de Departamentos de Educação de todos os Estados. Freqüentes têm sido as visitas de professôres das Universidades do Brasil, de São Paulo e do Rio Grande do Sul; de Chefes de serviços técnicos nos Estados; de inspetores, diretores de escola, e educadores, em geral.

Das autoridades e personalidades estrangeiras, podem ser citadas: Ministros de Educação da Bolívia e do Paraguai; chefes de departamentos educacionais da Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Equador, Venezuela, Paraguai e Estados Unidos; professôres da Howard University, Harvard University, University of Wisconsin, Louisianne State University e University of Pennsylvania; representante da Rockefeller Foundation; representante da Interamerican Education Foundation; chefe da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado dos Estados Unidos; diretor do Museu de Ciências de Búfalo; chefe da Divisão de Relações Educacionais Inter-americanas do "Office of Education", dos Estados Unidos, diretor da "Association of Schools in Latin America", chefes de divisões da União Panamericana; inspetor geral de ensino na França; reitor da Universidade de Sucre, Bolívia; reitor do Instituto Superior de Pedagogia, de Quito, Equador.

c) *Inquéritos e Pesquisas*

Os serviços de documentação realizam, sistematicamente, como já se viu, amplo inquérito sobre a vida educacional ocorrente no país, a cada mês.

Por seção própria, no entanto, e que é a de Inquéritos e Pesquisas, procede-se a levantamentos ocasionais, ou periódicos, sobre aspectos de maior relevância na administração e organização escolar brasileira. Têm sido, por exemplo, feitos levantamentos periódicos relativos aos seguintes pontos:

- a) despesas com os serviços educacionais;
- b) remuneração dos professores quer do ensino oficial quer do ensino particular;
- c) construções escolares;
- d) localização de estabelecimentos de ensino;
- e) movimento de instituições auxiliares da escola, como caixas escolares, cooperativas, clubes de alunos, etc.

Segundo as exigências de estudo requeridas por órgãos do Ministério da Educação, ou pelo próprio programa do I.N.E.P., inquéritos ocasionais e mais amplas pesquisas têm sido realizadas.

Destas, há a destacar as seguintes, que exigiram trabalho continuado por vários anos:

1. Investigação sobre *revistas e jornais infantis e juvenis*, editados no Rio de Janeiro (publicada);
2. Investigações sobre a *linguagem no pré-escolar* (publicada);
3. Investigação sobre o *vocabulário ativo da criança na idade escolar* (em fase final);
4. Investigação sobre o *vocabulário comum do adulto* (publicada);
5. Investigação sobre a *remuneração dos professores* em estabelecimentos oficiais de ensino nos anos de 1939, 1941 e 1944 (publicada);
6. Levantamento das *oportunidades educacionais* na capital do país (publicada);
7. Levantamento do *custo do ensino*, no país e no estrangeiro, em estabelecimentos públicos e particulares;
8. Levantamento da *bibliografia pedagógica brasileira*, a partir de 1812, (primeiros documentos encontrados) até o ano de 1943 (publicada).

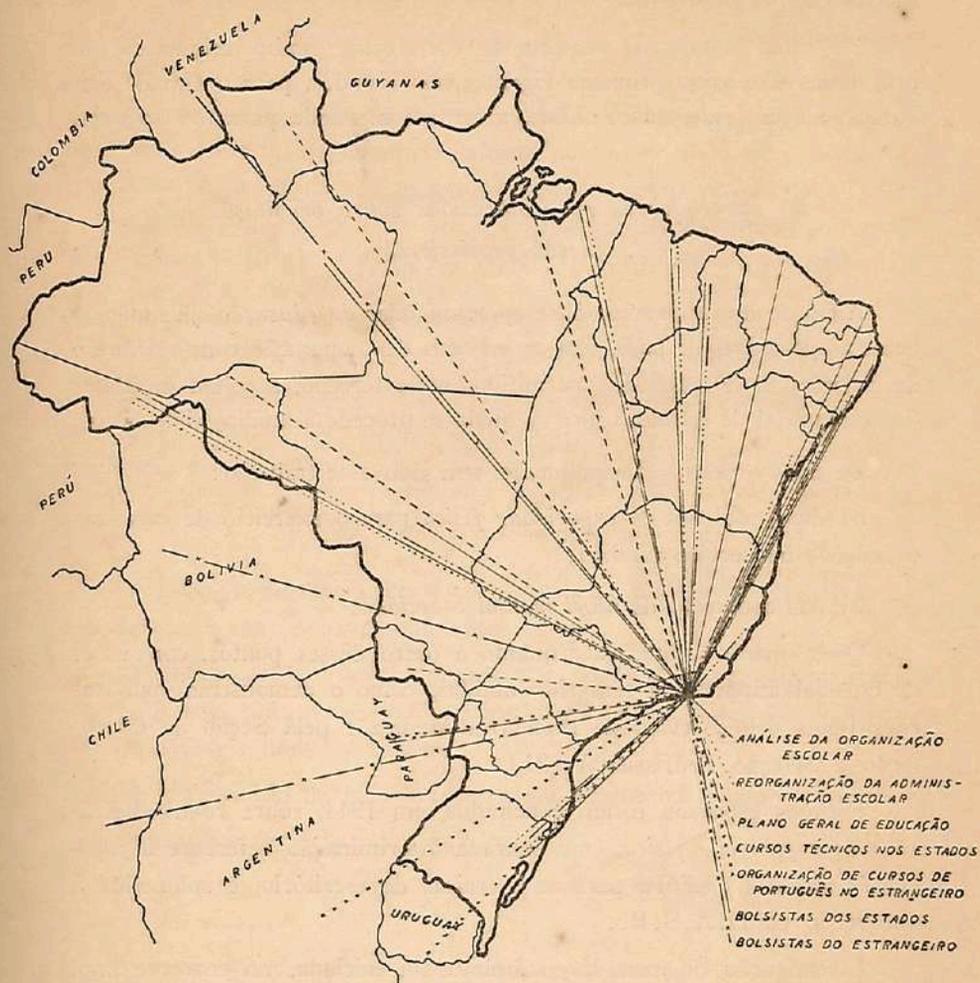


Gráfico demonstrativo da projeção dos trabalhos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no país, e ainda em Repúblicas vizinhas.

Por vêzes, tais pesquisas têm exigido trabalho comum de duas seções técnicas, quanto a certas partes especializadas. As investigações indicadas em 1, 2 e 6, foram realizadas, em grande parte, pela Seção de Psicologia Aplicada.

No atual momento, analisam-se, de forma muito minuciosa, os programas de ensino primário vigentes nos Estados, para o fim de elaboração de um *programa mínimo*, a ser recomendado para todo o país.

d) *Investigações particularizadas sôbre orientação e seleção profissional*

Além do levantamento sôbre *oportunidades de educação*, já indicado entre as pesquisas de base, têm os serviços de cooperação com a Divisão de Seleção, do D.A.S.P., permitido, neste terreno, a coleta de abundante material de estudo, sôbre os quais se procede à análise sistemática.

De duas ordens, principalmente, tem sido êsse trabalho:

a) das condições de *capacidade física* para o exercício de carreiras e funções no serviço público;

b) das condições de *nível mental e aptidão*.

Quer quanto a um, quer quanto a outro dêsses pontos, conclusões de especial importância têm sido obtidas, como o demonstram publicações feitas pelo Serviço de Biometria Médica e pela Seção de Orientação e Seleção Profissional (21).

Estudos especiais foram concluídos, em 1944, sôbre *contra-indicações de capacidade física*, com acurada discriminação referente à *capacidade visual e auditiva* para as carreiras de escritório, e submetida à aprovação do D.A.S.P..

Investigação de mais largo âmbito foi iniciada, no corrente ano, para levantamento, tão completo quanto possível, de tôdas as profissões, e tipos de atividades profissionais. Êsse trabalho está sendo feito em cooperação com o Serviço Nacional do Recenseamento, o Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, e o Instituto de Organização Racional do Trabalho, de São Paulo. Espera-se chegar, com

(21) Ver adiante a relação de publicações.

êle, a uma codificação de profissões e descrição de tipos de atividades, em cada uma, para publicação de um *Dicionário de Profissões*.

Ensaio de orientação educacional e profissional têm sido reaiizados, diretamente pela seção técnica respectiva, e estudos particularizados sôbre orientação educacional foram já coligados e publicados (22).

Quanto à seleção de servidores públicos, a mesma seção realizou, de 1938 a 1945, os seguintes trabalhos:

1. Carreiras e funções estudadas, 191;
2. Tipos de provas de nível mental e aptidão organizadas, 71;
3. Itens de provas objetivas estatisticamente analisadas e classificadas por ordem de dificuldade, 1.516;
4. Folhetos preparados para provas, 59.800;
5. Estudo individual de casos de transferência de carreira, 120.

Cooperação especial tem sido dada a concursos de seleção de pessoal para o Serviço Nacional de Recenseamento e diversas empresas particulares.

e) *Assistência e cooperação técnica*

Os serviços de assistência e cooperação técnica têm-se desenvolvido especialmente com estas modalidades:

- a) *respostas a consultas* apresentadas por órgãos de administração e orientação do ensino, por instituições particulares, ou por educadores, individualmente;
- b) organização de *planos de reforma* de administração escolar;
- c) estudos de *orientação didática*;
- d) preparação de *provas objetivas para verificação de rendimento de ensino*;
- e) estudos referentes a *construções escolares*;
- f) cursos de *orientação técnica, de especialização e de aperfeiçoamento*, organizados para professores, diretores e professores comissionados pelos Estados e Territórios, ou por países estrangeiros.

(22) V. "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", n.º 13, todo consagrado a essa matéria.

Os trabalhos referentes a esta última modalidade, por isso que representam também serviço de *divulgação*, são indicados no parágrafo a seguir.

Dentre os demais, há a destacar os seguintes:

1. Plano geral de reorganização da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, consubstanciado no Decreto-lei estadual n.º 246, de 13 de outubro de 1942;
2. Plano geral de reorganização do Departamento de Educação do Estado da Paraíba, consubstanciado no Decreto-lei estadual n.º 316, de 11 de agosto de 1942;
3. Plano geral de reorganização do Departamento de Educação do Estado de Goiás, consubstanciado no Decreto-lei estadual n.º 19, de 24 de abril de 1945;
4. Estudo sobre a reorganização do Departamento de Educação do Estado da Bahia;
5. Plano geral para reorganização dos serviços de educação no Estado do Paraná;
6. Plano geral para reorganização dos serviços de educação nos Territórios do Acre, consubstanciado na reforma do ano de 1941;
7. Plano geral para a organização dos serviços educacionais do Território de Guaporé, em execução;
8. Idem, para o Território de Ponta Porã, em execução;
9. Idem, para o Território de Rio Branco;
10. Idem, para o Território de Amapá;
11. Plano de reorganização do Ministério da República do Paraguai, consubstanciado na lei nacional desse país, datada de 9 de julho de 1945;
12. Plano geral para a organização dos serviços educacionais da Fundação Brasil Central, em execução;
13. Plano de organização geral e bases do regimento do Instituto Rio Branco, criado pelo Decreto-lei n.º 7.463, de 18 de abril de 1945;
14. Estudos relativos à reorganização dos serviços de inspeção escolar no Estado do Piauí, adotados por seu Departamento de Ensino;
15. Idem, para o Estado do Maranhão, igualmente adotados;
16. Idem, para o Estado de Alagoas, adotados;
17. Preparo de provas objetivas para verificação do rendimento de ensino nas escolas primárias do Estado do Espírito Santo, e aí introduzidas nos anos de 1943 e 1944;
18. Idem, para o Território do Guaporé, no corrente ano;
19. Análise dos serviços de aplicação de provas objetivas empregadas no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1943;

20. Idem, das provas empregadas para o mesmo fim, no Estado do Rio de Janeiro, em 1943 e 1944;
21. Estudo do programa construtivo para o novo edifício do Instituto de Educação de Florianópolis, Santa Catarina;
22. Estudo para construções escolares no Estado de Sergipe (jardim de infância); Mato Grosso (jardim de infância); Território do Guaporé e Rio Branco (grupos escolares, escolas primárias e internatos-rurais); Bahia (Ginásio Municipal de Itabuna); Fundação Brasil Central (grupos escolares e internatos rurais);
23. Plano para análise dos cursos realizados pela Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P.;
24. Cooperação para a organização de diversos cursos na mesma Divisão;
25. Cooperação no estudo de um "Código de Classificação de livros e publicações periódicas", pelo D.A.S.P.;
26. Estudos para reorganização dos serviços de administração do ensino na República da Bolívia;
27. Plano para a organização do ensino de *estudos brasileiros*, no estrangeiro, à requisição da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores;
28. Estudo para o projeto de uma "Organização Internacional de Educação", idem;
29. Cooperação permanente com os serviços da Comissão Nacional de Ensino Primário, desde sua fundação;
30. Plano para a "Jornada de Educação", promovida pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho, no corrente ano;
31. Estudos de vários problemas de intercâmbio cultural, à requisição do "Coordenador de Negócios Interamericanos";
32. Plano para organização da Faculdade de Filosofia, em Assunção, República do Paraguai;
33. Estudo dos programas de ensino do "Instituto 15 de Novembro", do Ministério da Justiça;
34. Colaboração no plano de organização do Departamento Cultural da Associação Comercial no Rio de Janeiro;
35. Organização geral dos trabalhos da I Conferência Nacional de Educação, reunida no Rio de Janeiro, em 1941;
36. Cooperação, sob diversas modalidades, com a "Cruzada Nacional de Educação";
37. Estudo sobre a organização do ensino rural no Brasil, preparado à requisição da Missão Técnica Norte-americana chefiada por M. Cooke.

f) *Divulgação*

As atividades de divulgação realizadas pelo I.N.E.P. têm-se distribuído pelas seguintes modalidades:

- a) publicações;
- b) comunicados à imprensa;
- c) palestras pelo rádio;
- d) exposições pedagógicas;
- e) cursos realizados nos Estados;
- f) cursos realizados na sede do Instituto;
- g) freqüência à Biblioteca Pedagógica.

a) *Publicações* — As publicações, em volumes impressos, ou sob a forma de cadernos mimeografados atingiram, de 1938 até a presente data, 100 trabalhos, com tiragem total de 73.605 exemplares.

Três publicações periódicas vêm mantendo igualmente o I.N.E.P.: “Boletim mensal”, iniciado em janeiro de 1940 e de que já se tiraram 70 números; “Boletim trimestral do Serviço de Biometria Médica”, com 4 números publicados; e “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”, órgão mensal, com 16 números publicados.

Destas publicações periódicas tiraram-se, ao todo, 56.100 exemplares, o que eleva o total de exemplares editados a 129.705.

b) *comunicados à imprensa* — O I.N.E.P. expediu de 1939 até a presente data cerca de 400 comunicados à imprensa, de natureza informativa e de divulgação técnica.

c) *palestras pelo rádio* — Cooperando com os “cursos de férias” da Associação Brasileira de Educação, e avulsamente, técnicos do I.N.E.P. e seu diretor realizaram 57 palestras radiofônicas.

d) *exposições pedagógicas* — Foram realizadas, de 1939 à presente data, as seguintes:

1. *Exposição de Trabalhos Manuais* em intercâmbio com escolas estrangeiras;
2. *Exposição de Desenhos Infantis e Trabalhos Manuais*, com representação de escolas de todos os Estados brasileiros;
3. *Exposição de Educação Superior nos Estados Unidos*, com cooperação da Embaixada do mesmo país;
4. *Exposição de Arquitetura Escolar*, com a cooperação dos Departamentos Estaduais de Educação.

e) *curtos realizados nos Estados* — Pelo diretor do I.N.E.P. e seus técnicos foram realizados cursos de administração escolar e organização de educação pré-escolar, em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul; de orientação pedagógica, em João Pessoa, Paraíba; de estatística, administração escolar e jardim de infância, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, por duas vêzes.

f) *curtos realizados na sede do Instituto* — De 1939 até agora, foram ministrados 35 cursos, individuais, ou a pequenos grupos de professôres e técnicos comissionados pelos Estados, Territórios e ainda por países estrangeiros.

Tais cursos versaram sobre *Administração Escolar; Orientação didática; Serviços de Inspeção; Estatística aplicada à educação; Psicologia educacional; Testes e medidas escolares.*

Os alunos inscritos, procedentes dos Estados e Territórios, assim se distribuíram:

Pará	1
Maranhão	12
Piauí	3
Ceará	1
Alagoas	9
Bahia	3
Espírito Santo	2
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Sul	9
Território do Acre	2
<hr/>	
Total	43
<hr/>	

Os alunos procedentes do estrangeiro, para cursos e estágios, eram dos seguintes países:

Venezuela	1
Bolívia	1
Chile	3
Paraguai	20
<hr/>	
Total	25
<hr/>	

Além desses cursos próprios, deu o I.N.E.P. cooperação ao curso de Estatística Aplicada à Educação, da Faculdade Nacional de Filosofia, nos anos de 1940 a 1944, com 40 alunos inscritos no total.

g) Freqüência à Biblioteca Pedagógica

.. As consultas registradas pela Biblioteca Pedagógica do I.N.E.P. foram as seguintes, a partir do ano de 1939:

1939	442
1940	748
1941	507
1942	3.385
1943	6.114
1944	6.337

h) Cooperação especial com o D.A.S.P.

Já se indicaram os trabalhos de cooperação com o Departamento Administrativo do Serviço Público, pela Seção de Orientação e Seleção Profissional. A êsse acresce, no entanto, o volumoso trabalho do Serviço de Biometria Médica, em exames de sanidade e capacidade física para candidatos ao serviço público, ou já servidores admitidos.

Os números a seguir dão idéia das atividades realizadas:

	<i>Pessoas chamadas a exames</i>	<i>Pessoas examinadas</i>
1939	7.924	7.025
1940	7.064	6.435
1941	3.931	3.536
1942	13.233	11.391
1943	22.975	20.137
1944	44.506	38.434
	<hr/>	<hr/>
Totais	99.633	86.958
	<hr/>	<hr/>

Os exames compreenderam parte clínica geral, exame de raios X (processo Manuel de Abreu), com caráter sistemático; exame de sangue, com caráter sistemático, e outras provas de laboratório, quando necessárias à completa elucidação de diagnóstico.

No ano de 1944, foram realizados 45.685 exames de raios X, dos quais 39.453 roentgenfotografias e 6.232 tele-radiografias; e 77.151 provas de laboratório.

i) Coordenação de atividades técnicas do Ministério

Como determina o Decreto-lei n.º 580, o I.N.E.P. deve ser “o centro de estudos de tôdas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde”.

Para isso, por iniciativa própria, envia ao Ministro relatórios mensais sistemáticos, e relatórios especiais, sempre que oportuno, sobre a situação geral do ensino no país. Envia também parte desse material ao diretor do Departamento Nacional de Educação, Departamento Nacional da Criança, Departamento de Administração do Ministério, e Serviço de Estatística da Educação e Saúde. A todos os órgãos de administração educacional do Ministério, e ainda a órgãos congêneres de outros ministérios, solicita informações, remete publicações, propõe questionários, ou cooperação em pesquisas.

Por outro lado, atende ao Gabinete do Ministro para informar, ou emitir parecer, sobre tôdas as questões que o titular da pasta julgue de conveniência esclarecer em face da documentação e estudos acumulados; realiza indagações especiais; contribui para o estudo de propostas, planos e projetos; elabora, com os seus próprios recursos, planos e projetos; e ainda faz-se representar em comissões de estudos.

Na maioria dos casos, a atuação do I.N.E.P. é de natureza informativa, de assistência ou cooperação. Por delegação do Ministro, no entanto, freqüentemente a direção do I.N.E.P. tem sido honrada também com encargos de coordenação geral e, algumas vezes, como órgão que deva resolver, em definitivo, certas questões.

O número de problemas assim propostos ao Instituto tem-se elevado a várias centenas, cada ano, envolvendo a redação de pareceres técnicos, de indagações especiais de caráter histórico, ou atual, de estudos de administração e organização escolar, de propostas, planos e projetos de lei.

Dentre os principais trabalhos desse gênero, torna-se oportuno citar:

- 1) plano para serviços de “nacionalização do ensino”;
- 2) plano de uma investigação sobre a situação da indústria nacional, como base para a fixação de diretrizes do ensino industrial;

- 3) projeto para a fixação de critérios de "remuneração condigna" do professor;
- 4) estudo especial sobre a situação do ensino rural;
- 5) proposta sobre auxílio financeiro da União aos Estados para desenvolvimento do ensino primário;
- 6) exposição sobre convênios culturais com países americanos;
- 7) plano de uma revista pedagógica a ser publicada pelo Ministério;
- 8) estudo sobre as conferências nacionais de educação, realizadas no país desde 1883 até 1940;
- 9) projeto para a organização da I Conferência Nacional de Educação;
- 10) estudo das horas de ocupação do "escolar-adolescente";
- 11) contribuição ao estudo do projeto de lei orgânica do ensino industrial;
- 12) idem, para a lei orgânica de ensino secundário;
- 13) idem, para a lei orgânica do ensino comercial;
- 14) estudo das bases de organização do Fundo Nacional de Ensino Primário;
- 15) parecer sobre a localização da Cidade Universitária;
- 16) estudos sobre novos cursos para o ensino técnico;
- 17) parecer sobre a criação do ensino de tupi-guarani na Faculdade Nacional de Filosofia;
- 18) estudo geral sobre o ensino a cargo dos municípios;
- 19) estudo histórico sobre a legislação do ensino de belas artes;
- 20) idem, sobre organização do ensino superior;
- 21) projeto de regimento e programa para a II Conferência Nacional de Educação;
- 22) parecer sobre barateamento do livro escolar;
- 23) estudo sobre projeto de um "ginásio comercial";
- 24) parecer sobre critérios de admissão ao ensino superior;
- 25) re-estudo do projeto de lei orgânica do ensino primário;
- 26) idem, do projeto de lei orgânica do ensino normal;
- 27) proposta sobre cursos regulares de divulgação pedagógica;
- 28) revisão dos critérios de "remuneração condigna" do professor;
- 29) plano de cursos de emergência para a formação de professores de desenho e trabalhos manuais;
- 30) contribuição à reorganização dos cursos da Faculdade Nacional de Filosofia;
- 31) estudos sobre "educação física no curso secundário", "gratuidade de material escolar", "admissão aos cursos secundários" e "ensino de higiene", preparados em francês, por solicitação do Bureau Internacional de Educação, de Genebra;
- 32) estudo para a reunião de congressos de professores;
- 33) projeto de regulamento para distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário;
- 34) estudo sobre o "custo do ensino", em países estrangeiros e no Brasil;

- 35) exposição sôbre a educação, em geral, no Brasil, preparado, em inglês, para a Universidade de Columbia e o "Office of Education" de Washington, por solicitação da Embaixada do Brasil, em Washington;
- 36) plano para uma "campanha de educação de adolescentes e adultos anal-fabetos", em todo o país, e atualmente em execução.

Outros estudos e pareceres têm sido preparados, pelo I.N.E.P., por solicitação do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, Diretores de Divisão desse Departamento, e pela Presidência da Comissão de Eficiência, do Ministério.

VII. PUBLICAÇÕES

As publicações, em *volumes impressos*, avulsas ou seriadas, editadas pelo I.N.E.P., desde o ano de 1939, são as seguintes:

1. Boletim n.º 1 — *O ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936*, 1939, 83 págs.
2. Boletim n.º 2 — *Organização do ensino primário e normal, I. Estado do Amazonas*, 1939, 48 págs.
3. Boletim n.º 3 — *Organização do ensino primário e normal, II. Estado do Pará*, 1940, 46 págs.
4. Boletim n.º 4 — *Organização do ensino primário e normal, III. Estado do Maranhão*, 1940, 54 págs.
5. Boletim n.º 5 — *Organização do ensino primário e normal, IV. Estado do Piauí*, 1940, 44 págs.
6. Boletim n.º 6 — *Organização do ensino primário e normal, V. Estado do Ceará*, 1940, 56 págs.
7. Boletim n.º 7 — *Organização do ensino primário e normal, VI. Estado do Rio Grande do Norte*, 1940, 40 págs.
8. Boletim n.º 8 — *Organização do ensino primário e normal, VII. Estado da Paraíba*, 1940, 32 págs.
9. Boletim n.º 9 — *Organização do ensino primário e normal, VIII. Estado de Pernambuco*, 1941, 41 págs.
10. Boletim n.º 10 — *Organização do ensino primário e normal, IX. Estado de Alagoas*, 1941, 29 págs.
11. Boletim n.º 11 — *Organização do ensino primário e normal, X. Estado de Sergipe*, 1941, 36 págs.
12. Boletim n.º 12 — *A administração dos serviços de educação*, 1941, 127 páginas.
13. Boletim n.º 13 — *Situação geral do ensino primário*, 1941, 143 págs.
14. Boletim n.º 14 — *Organização do ensino primário e normal, XI. Estado da Bahia*, 1941, 50 págs.
15. Boletim n.º 15 — *Organização do ensino primário e normal, XII. Estado do Espírito Santo*, 1941, 43 págs.
16. Boletim n.º 16 — *Organização do ensino primário e normal, XIII. Estado do Rio de Janeiro*, 1942, 52 págs.

17. Boletim n.º 17 — *Subsídios para a história da Educação Brasileira, I. Ano de 1940*, 1942, 68 págs.
18. Boletim n.º 18 — *Subsídios para a história da Educação Brasileira, II. Ano de 1941*, 1942, 117 págs.
19. Boletim n.º 19 — *Organização do ensino primário e normal, XIV. Estado de São Paulo*, 1942, 81 págs.
20. Boletim n.º 20 — *Organização do ensino primário e normal, XV. Estado do Paraná*, 1942, 38 págs.
21. Boletim n.º 21 — *Organização do ensino primário e normal, XVI. Estado de Santa Catarina*, 1942, 60 págs.
22. Boletim n.º 22 — *Organização do ensino primário e normal, XVII. Estado de Mato Grosso*, 1942, 37 págs.
23. Boletim n.º 23 — *Organização do ensino primário e normal, XVIII. Estado de Goiás*, 1942, 40 págs.
24. Boletim n.º 24 — *Organização do ensino primário e normal, XIX. Estado de Minas Gerais*, 1942, 67 págs.
25. Boletim n.º 25 — *O ensino no Brasil no quinquênio 1936-1940*, 1942, 88 páginas.
26. Boletim n.º 26 — *Subsídio para a história da Educação Brasileira, III. Ano de 1942*, 1943, 139 págs.
27. Boletim n.º 27 — *A linguagem na idade pré-escolar*, 1944, 71 págs.
28. Boletim n.º 28 — *Organização do ensino primário e normal, XX. Estado do Rio Grande do Sul*, 1945, 79 págs.
29. *Intercâmbio escolar*, 1939, 12 págs.
30. *A Instrução e a República — I. Reforma Benjamin Constant*, por Primitivo Moacir, 1941, 258 págs.
31. *A Instrução e a República — II. Código Fernando Lobo*, por Primitivo Moacir, 1941, 240 págs.
32. *A Instrução e a República — III. Código Eptácio Pessoa*, por Primitivo Moacir, 1941, 249 págs.
33. *A Instrução e a República — IV. Reformas Rizardávia e C. Maximiliano*, por Primitivo Moacir, 1942, 361 págs.
34. *A Instrução e a República — V. Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz*, por Primitivo Moacir, 1944, 236 págs.
35. *A Instrução e a República — VI. Ensino Técnico Industrial (1892-1928)*, por Primitivo Moacir, 1942, 193 págs.
36. *A Instrução e a República — VII. Ensino Agrônômico (1892-1929)*, por Primitivo Moacir, 1942, 129 págs.
37. *Oportunidades de educação na capital do país*, 1941, 258 págs.
38. *Investigação sobre o vocabulário infantil (Lista preliminar)*, 1942, 33 páginas.
39. *Manifestações lúcticas em 10.648 exames de seleção para o funcionalismo público*, in "Revista do Serviço Público", 1940.
40. *Capacidade visual nas carreiras e funções públicas*, por J. Azevedo Barros, 1941.

41. *Contribuição ao estudo da pressão arterial no adulto*, por Décio Olinho e Jacir Maia, 1941.
42. *As instituições de assistência a menores*, por Rui Guimarães de Almeida, 1941.
43. *Estudo e Ensino da Sociologia*, por Donald Pierson, separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. II, n.º 4, 1944, 44 págs.
44. *O Ensino Superior no Brasil* (Relação dos estabelecimentos de ensino superior em funcionamento, no país, em dezembro de 1944), separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. III, n.º 8, 1945. 13 páginas.
45. *Estudo e Ensino da Antropogeografia ou Geografia Humana*, por Moisés Gicovate, separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. III, n.º 9, 1945, 37 págs.
46. *A Universidade e a Investigação Científica*, por Bernardo A. Houssay, separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. III, n.º 9, 1945, 22 págs.
47. *Assimilação e Educação*, por Emílio Willems, separata da "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. IV, n.º 11, 1945, 11 págs.
48. *Educação Superior nos Estados Unidos*, 1945, 20 págs.

As publicações em cadernos mimeografados foram as seguintes:

Caderno I — *Decreto-lei n.º 580*, que dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1938, 2 págs.

Caderno II — *Exposição de motivos e Decreto-lei n.º 868*, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Ensino Primário, 1938, 3 págs.

Caderno III — *Dados estatísticos relativos ao ensino primário*, 1938, 14 págs.

Caderno IV — *Dados estatísticos relativos ao ensino secundário*, 1939, 7 págs.

Caderno V — *Tipos de escola e extensão do curso, nos vários Estados*, 1939, 7 págs.

Caderno VI — *Decreto-lei n.º 1.006*, de 30 de dezembro de 1938, que estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático, 1939, 5 págs.

Caderno VII — *Decreto-lei n.º 1.190*, de 4 de abril de 1939, que dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia, 1939, 9 págs.

Caderno VIII — *Decreto-lei n.º 1.212*, de 17 de abril de 1939, que cria a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, 1939, 7 págs.

Caderno IX — *Despesas dos Estados e do Distrito Federal, com os serviços de educação no exercício de 1939*, 10 págs.

Caderno X — *Vencimentos do professorado primário*, 1939, 2 págs.

Caderno XI — *Legislação estadual referente à nacionalização do ensino*, 1939, 32 págs.

Caderno XII — *Decálogo alimentar*, 1940.

Caderno XIII — *Despesas com os serviços de educação no Distrito Federal e nos Estados no exercício de 1940*, 1940.

Caderno XIV — *Ante-projeto de lei orgânica do ensino primário*, 1940.

- Caderno XV — *Ante-projeto de lei orgânica do ensino normal*, 1940.
- Caderno XVI — *Movimento geral do ensino de 1932 a 1938 e crescimento do ensino primário de 1932 a 1940*, 1941.
- Caderno XVII — *Despesas dos Estados e do Distrito Federal com os serviços de educação no exercício de 1941*, 1941.
- Caderno XVIII — *Recursos para os serviços de educação*, 1941.
- Caderno XIX — *Caixa Escolar*, 1941.
- Caderno XX — *Ensino Normal*, 1941.
- Caderno XXI — *Ensino Profissional mantido pelos Estados*, 1941.
- Caderno XXII — *Ensino Industrial mantido pela União*, 1941.
- Caderno XXIII — *Ensino Municipal*, 1941.
- Caderno XXIV — *Movimento do ensino profissional agrícola no ano de 1938*, 1941.
- Caderno XXV — *Movimento do ensino comercial no ano de 1938*, 1941.
- Caderno XXVI — *Movimento do ensino doméstico no ano de 1938*, 1941.
- Caderno XXVII — *Movimento do ensino industrial no ano de 1938*, 1941.
- Caderno XXVIII — *Movimento de cursos diversos do ensino profissional no ano de 1938*, 1941.
- Caderno XXIX — *Movimento geral do ensino agrícola, comercial, doméstico e industrial em todo o país, no ano de 1938*, 1941.
- Caderno XXX — *Vencimentos dos professores primários, nos Estados, segundo os orçamentos de 1941*, 1941.
- Caderno XXXI — *Bibliografia Brasileira de Educação — Ano de 1941*, 1942.
- Caderno XXXII — *Despesas dos Estados e do Distrito Federal com os serviços de educação segundo os orçamentos de 1942*, 1942.
- Caderno XXXIII — *Relação dos estabelecimentos de ensino comercial existentes em 1942*, 1942.
- Caderno XXXIV — *Relação dos estabelecimentos de ensino secundário em 1942*, 1942.
- Caderno XXXV — *Relação dos estabelecimentos de ensino agrícola e de veterinária existentes em 1942*, 1942.
- Caderno XXXVI — *Relação dos estabelecimentos de ensino normal existentes em 1942*, 1942.
- Caderno XXXVII — *Relação dos estabelecimentos de ensino superior existentes em 1942*, 1942.
- Caderno XXXVIII — *Despesas com a educação nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em 1941 e 1942*, 1942.
- Caderno XXXIX — *Bibliografia para candidatos a "Assistente de Seleção"*, 1942.
- Caderno XL — *Bibliografia para candidatos a "Bibliotecário-Auxiliar"*, 1942.
- Caderno XLI — *Bibliografia para candidatos a "Polícia Fiscal"*, 1942.
- Caderno XLII — *Bibliografia para candidatos a "Assistente de Aperfeiçoamento"*, 1942.
- Caderno XLIII — *Bibliografia para candidatos a "Amanuense"*, 1942.
- Caderno XLIV — *Reorganização da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul*, 1942.

Caderno XLV — *Revistas e publicações sôbre educação, editadas no Brasil, 1943.*

Caderno XLVI — *Órgãos técnicos centrais de educação e repartições que tratam de assuntos conexos, 1943.*

Caderno XLVII — *Problemas de administração escolar, 1943.*

Caderno XLVIII — *Estabelecimentos de ensino normal no país, 1943.*

Caderno XLIX — *Despesas dos Estados e do Distrito Federal com os serviços de educação, 1943.*

Caderno L — *Provas de sanidade e de capacidade física para os candidatos ao serviço público, 1943.*

Caderno LI — *Bibliografia brasileira de educação do ano de 1942, 1943.*

Caderno LII — *Bibliografia brasileira de educação do ano de 1943, 1944.*

As publicações periódicas mantidas pelo I. N. E. P. têm sido três:

BOLETIM MENSAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, editado desde janeiro de 1940, e do qual já foram tirados 70 números, num total de 766 páginas;

BOLETIM TRIMESTRAL DO SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA, editado desde janeiro de 1944, com 4 números publicados;

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, órgão de estudos e pesquisas do Ministério da Educação, de publicação mensal, iniciada em julho de 1944, e que tem assim 16 números, com um total de 2.500 páginas.

Das publicações impressas houve uma tiragem total de 103.705 exemplares, 47.605 dos quais referentes às publicações avulsas e 56.100 das de caráter periódico.

Dos cadernos mimeografados tiraram-se 26.000 exemplares, o que eleva a tiragem de tôdas as publicações a 129.705 exemplares.

VIII. MOVIMENTO DO SERVIÇO DO EXPEDIENTE

O desenvolvimento dos serviços do I. N. E. P. desde 1939, pode ser visto pelo movimento de papéis recebidos e expedidos pelo seu Serviço de Expediente:

1939	1.320
1940	2.854
1941	3.346
1942	4.130
1943	4.164
1944	4.896

Não se inclui nesses totais o movimento de volumes de publicações recebidas e expedidas, o qual, no último triênio, tem sido maior que 30 mil, em média, cada ano.

IX. DESPESAS

As despesas em material e pessoal, inclusive o Serviço de Biometria Médica, foram as seguintes, nos seis primeiros anos de funcionamento do Instituto:

	<i>Pessoal</i>	<i>Material</i>	<i>Total</i>
1938 (III quadri- mestre)	18.471,50	65.542,70	84.014,20
1939	96.821,00	630.019,70	726.840,70
1940	402.005,30	228.318,20	630.323,50
1941	471.523,80	542.172,30	1.013.696,10
1942	892.044,00	467.396,60	1.359.440,60
1943	1.024.212,20	281.061,00	1.305.273,20
1944	1.985.252,40	858.470,20	2.843.222,60

Da despesa total de cada ano, cêrca de 60 % têm sido absorvidos pelos trabalhos realizados pelo Serviço de Biometria Médica.

Assim, no exercício de 1944, as despesas dos serviços próprios do título do I.N.E.P. e do S.B.M. distribuíram-se da seguinte forma:

	<i>Estudos Pedagógicos</i>	<i>Serviço de Biometria Médica</i>	<i>Total</i>
Pessoal	820.770,90	1.164.481,90	1.985.252,40
Material	298.150,20	560.320,00	858.470,20
Totais	1.118.921,10	1.724.801,90	2.843.722,60

No Serviço de Biometria Médica empregaram-se 50% das dotações de pessoal e 65% das de material.

No domínio dos estudos pedagógicos, propriamente ditos, as despesas do I.N.E.P. tem representado pouco mais de um por cento da parte do orçamento anual do Ministério reservado às suas atividades educacionais.

E' de notar que do montante geral de despesas realizadas até dezembro de 1944, na importância de Cr\$ 7.962.809,20, cêrca de três milhões se destinaram a aquisição de material permanente, representado pelas instalações do Serviço de Biometria Médica, móveis e utensílios e material bibliográfico.

As demais despesas de pessoal e material, que orçaram assim em menos de cinco milhões, em sete anos de funcionamento, são em grande parte compensadas apenas por duas das modalidades dos serviços executados: exames médicos e publicações. Com efeito, realizou o I.N.E.P. nada menos que 86.958 exames completos de sanidade e capacidade física, os quais, calculados a Cr\$ 40,00 a unidade, que sejam, representariam Cr\$ 3.478.320,00; e fez editar 129.705 exemplares de publicações de documentação e estudos técnicos, os quais, calculados a Cr\$ 5,00 por unidade, em média, representariam Cr\$ 648.525,00.

X. PESSOAL

O número de servidores, desde a fundação do Instituto até dezembro de 1944, foi o seguinte:

	<i>Estudos Pedagógicos</i>	<i>Serviço de Biometria Médica</i>	<i>N. total de servidores</i>
1938	18	21	39
1939	24	26	50
1940	32	37	69
1941	32	55	87
1942	33	51	84
1943	51	59	110
1944	46	130	176

Como se vê, no ano de 1944, o Serviço de Biometria Médica ocupou 130 servidores, com 63% do total, e os serviços próprios do título do Instituto apenas 46, ou 37%.

A relação nominal dos servidores, atualmente em exercício, é a seguinte:

DIREÇÃO, SERVIÇOS E SEÇÕES TÉCNICAS

Direção: Manoel Bergström Lourenço Filho, diretor.

Serviço do Expediente: Antônio Luis Baronto, chefe; Célia de Moura Costa e Marieta Campos, oficiais administrativos; Isolina Cardoso Matias, escriturário; Geralda Rodrigues, datilógrafo; Aloisio Ferreira Carneiro, desenhista; Hadjine Guimarães Lisboa, Natalina Torres Viana e Celita Barcelos Rosa, auxiliares de escritório; Álvaro Rebelo, praticante de escritório; João Antônio Gomes, feitor; Américo Julianelli, Raimundo Garcia dos Santos, Ismael Pereira Pinto, e Djalma Ribeiro da Silveira, trabalhadores.

Seção de Orientação e Seleção Profissional: Jacir Maia, chefe; Elisa Dias Veloso, Inês Itkis Bomilcar Besouchet, e Zenaide Cardoso Schultz, técnicos de educação; Carlos Alberto de Carvalho Leite, estatístico-auxiliar; Creüsa Guimarães Leitão, escriturário; Angelo Delfino Tigre Borges, auxiliar de escritório; Gaudêncio Barbosa, praticante de escritório.

Seção de Inquéritos e Pesquisas: Manoel Marques de Carvalho, chefe; Dulcie Kanitz Vicente Viana e Carlos de Araújo Sampaio, técnicos de educação; José Leitão de Albuquerque, calculista; Alzira Seibert, e Altair Evangelista de Lima, auxiliares de escritório.

Seção de Documentação e Intercâmbio: Rui Guimarães de Almeida, chefe; Albino Joaquim Peixoto Júnior e Déa Veloso Barros, técnicos de educação; Mário de Vasconcelos Calmon e Beatriz Getúlio Veiga, assistentes de educação; Ondina Marques de Sousa Dique e João Luiz de Sousa Reis, auxiliares de escritório.

Seção de Psicologia Aplicada: Armando Hildebrand, chefe; José Francisco Carvalhal, Celina Airlie Nina e Clélia Thereza Leal Coqueiro, técnicos de educação; Álvaro Moitinho Neiva, técnico de administração escolar; Darcy Damasceno dos Santos, assistente de educação; Dorotéa Martins Arouche, calculista; Eunice Solange de Castro, auxiliar de escritório.

Biblioteca Pedagógica: Martiniano Pereira da Fonseca, chefe; Paulo de Toledo Castro, bibliotecário; Jandira Bacelar Rodrigues, escriturário; Nair Brunner Teles Pires, assistente de educação.

SERVIÇO DE BIOMETRIA MÉDICA

Chefia: Dr. Antônio Gavião Gonzaga, chefe;

Seção de Exames Prévios: Dr. Eduardo Marques Tinoco, chefe;

Seção de Exames Ocasioneis: Dr. Rubens da Rocha Paranhos, chefe;

Gabinete de Raçiologya: Dr. Jessé Randolpho Carvalho de Paiva, chefe;

Gabinete de Oftalmo-Oto-Rino-Laringologya: Dr. Joaquim de Azevedo Barros, chefe;

Laboratório: Dr. Nestor de Melo Cerveira, chefe;

Turma de Equipamento Médico: Dr. Jorge Carvalho, chefe;

Turma de Estatística: Dr. Pedro Batista de Araújo Pena, chefe;

Turma de Administração: Edmundo Galvão da Silva, chefe.

Médicos: Drs. Décio Olinto de Oliveira; Clovis Cruz Mascarenhas; Carlos Ramos; Haroldo de Freitas; Armindo Bergamini; Danilo Guarino, funcionários; Didur de Freitas Castro; Félix de Oliveira Samuel; Tomaz Ribeiro de Cerqueira Lima; Rui da Costa Leite; Henrique von Krüger Filho; Amélio José de Siqueira Tavares; Gil Moreira Filho; Adolfo Staerke; Ernesto Pedroso Rosenburg; Ida dos Santos Ellery; Joaquim Justiniano Chagas; Sebastião Mesquita de Azevedo; Évaldo Martins Carneiro da Cunha; Valter Boechat; Eloy Esteves; Marcos Ramos Gomes; Mário Monjardim; Álvaro Bherensdorf Osório; Argos Ferreira do Amaral; Ary Moacyr Martins; Carlos de Castro; Mário Sales Filho; Pedro Moacyr de Aguiar; Wilton Ferreira; João Ramos Murtinho; Lysanias Marcelino da Silva; Nelson Monteiro de Carvalho; Paulo de Barros Bernardes; Lourival de Almeida Sampaio; Nestocles Roswell; Paulo França e Leite; Geraldo Andrade de Almada Horta; Oscar Costa; Urbano de Gouvêa e Silva; José Evangelista Barreto; Dilermando da Silva Canedo; George Coimbra da Silva; Murilo Bastos Belchior; Clovis Cabral Debenedito; Rymundo Ribeiro Fontes Lima; José Melman; José Prado Eirosa e Silva de Novais; Clovis Pereira da Silva; João Jansen Ferreira; Renato Cunha Viveiros; Luiz Picone; Manoel Ferreira Neves, extranumerários.

Médicos-Sanitáristas: Drs. Guilherme Cintra Pêgo de Faria e Alcebiades Viana da Costa.

Oficiais administrativos: João Guilherme Meziat e Agésilau Emiliano dos Santos.

Escriturários: Artur Pinto de Araujo Corrêa; Edith Brito de Menezes e Francisca Pezzini Cruz.

Estatístico-auxiliar: Clodoveu Serra Celestino.

Serventes: Pedro Nunes Christianes; Ernesto Horácio Fortino, funcionários; Celina Augusta de Oliveira; Eva Rodrigues da Silva Dias; Dulce Mendes Tito; Nelson Passos de Oliveira, extranumerários.

Datilógrafo: Carmen Couñago Pereira.

Dentista: João Francisco Fortes Águas e José Coyatá Albanese.

Fotógrafo: Constantino Baldissara.

Laboratoristas: Urcino Ferreira Mulatinho; Murilo Gomes Bevilaque; José Doria do Nascimento; Walfrido Ferreira de Azambuja; Augusto Borges de Abrantes; Maria de Lourdes Rodrigues Melo.

Operadores de rálos X: Albertina Nazareth Liberato; Djalma Ayala; Célio Baldissara.

Estudantes estagiários: Lydio de Almeida Lacerda; José Ribamar dos Santos; Rômulo Leão de Sousa.

Enfermeiros: Celso Alves Rosa e Aurora Bastos de Araujo.

Zeladores: Maria Fortes Verçosa e Nestor Pedro Martins.

Atendentes: Leonor Fernandes Mano; Julieta Barbosa Alves Morgado; e Maria Augusta Araujo de Oliveira.

Telefonistas: Diva da Silva Rotay; Elina Barbosa; Rosália de Aquino; e Alice Monteiro de Araujo.

Auxiliares de escritório: Marco Aurélio Caldas Barbosa; Hercília da Fonseca Ribeiro; Erothides Bogéa de Aguiar; Haroldo Vieira Machado; Ruth de Toledo Gismonti; Elisabeth Gouñago Pereira; Maria Peres; Abílio Cardoso Lopes; Georgina Montuariol de Freitas; Antônio de Lisboa Aragão; Caetano Leão Cabral; Silvia Corrêa; Heloisa Silva Dantas; Yvone Nicodemum; Alberto da Cunha; Zuleika Carneira; Maria Cecília Dantas Pereira; Lindinalva Soares da Silva.

Praticantes de escritório: Renilda de Gusmão e Silva e Esmeralda Leão dos Santos Miranda.

Operadores: Adolfo Amorim; Leopoldina de Cicco Azevedo; Ana Esteves Santos; Odete Portugal Kroff; Maria Ligia Martorelli Bezerra; e Maria Luiza Soares Boutalo.

Porteiro: Eurico Soares da Silva.

Trabalhadores: Fernando Rebelo Paraguassu; Joaquim de Castro Rocha Filho; Evahir Moreira de Sousa; Francisco de Paula e Sousa; João Kornanski Filho; Bernardino Vieira de Castro; Derval José dos Santos; e José Martinho Guedes.

Mensageiros: Bricio de Almeida; Zey Silva; Jorge Kornalewski.

Auxiliares diversos: Mauricio Gomes Bevilaqua; Aline de Saboia Belfort Teixeira; Maria Elvira Calazans Lima; Yvone Leão dos Santos Miranda; Eldyr Cabral Cardoso; Lila Dantas dos Santos; Nyéde de Oliveira Brandão; Emar de Freitas Nogueira; Darcy Fernando Paranhos; Dalwe Cabral Cardoso; Sylvio de Barros; Leontina Soares Meziat; Breno Galvão da Silva; Guaracyaba Burgheim; Zara de Oliveira Magalhães; Walquer Pereira do Nascimento; Miguel Sarkis; Izer Antônio Cardoso; Aryone Povoá; Ayrton José de Oliveira; Augusto Lopes Pontes; Pedro Vettiner; Bonifácio Antonio de Miranda.

IN-MEMORIAM

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem a lamentar o falecimento do Dr. Eurico Rangel, especialista em bio-estatística e que chefiou a turma de Estatística do Serviço de Biometria Médica; Dr. João Juliano, que foi chefe do Laboratório do mesmo Serviço; Guilherme Agostinho Pereira, almoxarife; Celeste Miranda e Jurema Celina de Aratujo, auxiliares.

CONCLUSÃO

O exame das atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, desde sua fundação, ou seja, em sete anos de funcionamento, permite as seguintes conclusões:

a) o estabelecimento de um órgão de documentação e pesquisa, bem como de assistência e cooperação técnica aos órgãos de administração dos serviços educacionais nos Estados e Territórios, veio corresponder a uma necessidade de organização do Ministério, e de coordenação geral dos sistemas de educação pública do país, por muitas vezes assinalada, aliás, por estadistas e parlamentares do império e da república;

b) o desenvolvimento dos trabalhos de investigação, muitos dos quais têm servido para a fundamentação de importantes atos legislativos e decisões ministeriais, como também à orientação de reformas, ou à organização de novos serviços educacionais nos Estados e Territórios, evidencia que um órgão dessa natureza tem a possibilidade de esclarecer, cada vez mais, as atividades de organização pedagógica do país, em estudos objetivos, concorrendo, a um tempo, para mais seguros resultados e para maior espírito de unidade da educação nacional, sem os males advindos de estreita centralização administrativa;

c) os trabalhos de assistência técnica, ou de cooperação, com outros órgãos federais e com os serviços de educação dos Estados e Territórios, já realizados, mostram, sobre outras vantagens, a de economia de material especializado e de pessoal para isso habilitado, ainda escasso no país;

d) as atividades de divulgação, crescentemente desenvolvidas, têm concorrido não só para a renovação de métodos e processos, como para a formação de uma consciência pública mais esclarecida em matéria de educação;

e) as atividades de intercâmbio com o estrangeiro têm despertado maior curiosidade e interesse pela evolução educativa no Brasil, por parte de instituições pedagógicas e de educadores, notadamente dos países americanos; por outro lado, têm permitido ao Ministério da Educação acompanhar, com a devida oportunidade, as reformas e tendências educacionais desses países;

f) a estrutura e organização dos serviços do Instituto têm correspondido, de modo geral, ao seu programa e funções; no entanto, o desenvolvimento natural dos serviços está a exigir agora mais clara e precisa definição dessas funções, com a exclusão de tarefas executivas, que lhe têm cabido, como a dos exames de sanidade e capacidade física dos servidores do Estado.

